

A CRISE AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DOS ITINERÁRIOS NO MUNDO URBANO CONTEMPORÂNEO

RAFAEL VICTORINO DEVOS¹

1 Introdução

Este trabalho apresenta algumas questões, desenvolvidas em minha tese de doutorado (DEVOS, 2007), sobre a “questão ambiental” vista a partir das narrativas e dos itinerários que compõem a memória dos habitantes das ilhas de Porto Alegre, RS. Em 2008 realizei um pós-doutorado (CNPq) no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV - PPGAS – UFRGS), grupo de pesquisa no qual desenvolvi toda a trajetória da pesquisa a que me refiro. Junto aos colegas de pesquisa do BIEV, venho buscando ampliar as perspectivas teóricas e metodológicas da tese, pensadas em relação a uma memória ambiental da cidade, enquanto parte do patrimônio etnológico das cidades brasileiras investigado pelo grupo de pesquisa.

Qual é esta “questão ambiental”, ou esta crise ambiental, a que nos referimos? Qual sua relação com a memória coletiva? A problemática que permeia a pesquisa é o debate em torno da escassez mundial de água doce (a que é própria para o consumo humano), na forma como essa escassez é percebida diferencialmente pelos habitantes da cidade, a partir de sua trajetória social. Trata-se de se investigar em que medida as narrativas de pessoas que possuem uma experiência singular do ambiente urbano, como os moradores das margens das ilhas, passam a enquadrar nos termos de uma crise ambiental contemporânea a perda do “rio”, da qualidade das águas que permeiam seus caminhos cotidianos, e, portanto, como passam a entender a perda de certa condição de vida na cidade.

Ao entender a “questão ambiental” como uma reflexão sobre o Tempo, propomos uma aproximação entre a perspectiva ambiental e os estudos antropológicos sobre memória e duração (ECKERT; ROCHA, 2005). Questões como a escassez de água no planeta, ou como as mudanças climáticas, marcam uma construção contemporânea de

¹ Pesquisador Associado ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil.

Autor para correspondência: Rafael Victorino Devos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43311, Bloco AI, Sala 104ª, CEP 91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: rafaeldevos@yahoo.com

Recebido: 29/7/2008. Aceito: 29/3/2009.

uma realidade socioambiental que é parte do que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (LOPES et al., 2006) entende enquanto um processo histórico de ambientalização, de interiorização e naturalização de uma nova questão pública. Diferentemente dos debates sobre o desmatamento, a extinção de espécies animais, ou a degradação de ecossistemas, que polarizaram o debate ambiental entre uma realidade urbana irreversivelmente alterada e territórios a serem preservados do processo de “domesticação da Natureza” que marca a Civilização Ocidental, a escassez de água doce e as alterações climáticas são processos que “ambientalizam” a construção social da realidade, ou seja, que englobam em um mesmo ambiente as dinâmicas sociais de cidades e ecossistemas, problematizados em regiões como bacias hidrográficas, florestas, áreas litorâneas, etc.

Do ponto de vista institucional, como aponta Lopes (2006), é possível perceber uma tendência global e até certo ponto homogênea de ambientalização da vida social, através de transformações no Estado, como a produção de leis e normas e o surgimento de novas construções institucionais como secretarias e agências governamentais de meio ambiente, tecnologias industriais e departamentos empresariais ecologicamente corretos, campanhas de educação ambiental, todos resultantes de pressões de políticas internacionais envolvendo órgãos internacionais, ONGs, multinacionais e governos. A interdependência ecossistêmica alia-se à perspectiva de interdependência econômica e administrativa que marca o processo de globalização contemporâneo. Voltada para o perigo e para o “risco ambiental”, a chamada “consciência ecológica” que permeia essa ética planetária segue o mesmo processo de “desencantamento” e racionalização da Natureza, que marca o “Processo Civilizatório” Ocidental, conforme Elias (1985; 1994). Contemporaneamente se promove a “tomada de consciência” da inter-relação entre as ruas e avenidas da cidade e a qualidade do solo, das águas subterrâneas, dos arroios e rios que abastecem a cidade. Tal risco é medido através da quantidade de esgotos, de lixo e dejetos industriais produzidos em uma região hidrográfica a serem tratados e corretamente destinados no contexto ecossistêmico. A questão da preservação, da manutenção das qualidades do ecossistema não se apresenta, portanto, como a negação do estilo de vida ocidental, urbano-industrial, antes pelo contrário, se volta para uma maior racionalização das relações entre sociedade e natureza, como já foi discutido em inúmeros estudos sobre conflitos ambientais envolvendo populações ditas “tradicionais” e áreas de preservação, pensando nos trabalhos de Diegues (1994; 2000) e Little (2006).

No entanto, do ponto de vista das transformações na visão de mundo e no cotidiano dos habitantes da cidade e, de forma mais evidente, no cotidiano e nos itinerários de moradores de áreas alagadiças, de encostas de morro, e de outras áreas de “mato” na cidade, uma outra perspectiva se apresenta para pensar esse processo social, na medida em que outras dimensões da vida social se desdobram em uma diversidade de realidades socioambientais, em uma perspectiva conflitiva. Como nos ensina a antropologia das sociedades complexas e a antropologia urbana no Brasil, apesar de sofrermos tendências gerais de padronização de estilos de vida, tais transformações geram novas heterogeneidades culturais no contexto social em questão, como nos demonstram Oliven (1982) e Velho (1981; 1999).

Os habitantes das ilhas de Porto Alegre, dos morros do Rio de Janeiro, das beiras de arroios, de córregos, de áreas de mato e banhado nas Regiões Metropolitanas não vivem da mesma maneira, não têm o mesmo acesso à água potável, não têm as mesmas

condições sanitárias em suas residências, não possuem poder de consumo semelhante às classes médias e altas urbanas para fazerem a “sua parte” na participação “consciente” na sociedade de consumo, na correta destinação do lixo, na utilização de energia sustentável, nos moldes como as campanhas publicitárias contemporâneas propõem mudanças gerais de comportamento.

Nos relatos autobiográficos de pescadores artesanais, carroceiros, empregadas domésticas, costureiras, pequenos sítiantes rurais, empregados de clubes de esportes náuticos, barqueiros, catadores e separadores de lixo reciclável e outros moradores da beira das ilhas, uma outra paisagem da região metropolitana se desenha. Ao refletir sobre os itinerários de deslocamento de populações empobrecidas nas periferias da cidade, em que constam os próprios deslocamentos dos moradores das ilhas, narrados em seus relatos autobiográficos, uma outra imagem do ambiente da cidade pode ser pensada, em que os itinerários de populações nas ilhas retomam os arranjos de ocupação de terra e água na cidade.

O Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, é formado por 16 ilhas, circundadas pelas águas dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos, Caí e pelo Lago Guaíba. Elas encontram-se à entrada da cidade, a noroeste do centro da capital. A pesquisa refere-se especialmente aos moradores da Ilha da Pintada e da Ilha Grande dos Marinheiros. Algumas das ilhas têm parte de suas margens ocupadas por pequenas propriedades rurais, por grandes residências e clubes náuticos (as chamadas “mansões” das ilhas). Outras ilhas são ocupadas, em maioria, pelos casebres de classes populares de baixíssima renda. Grande parte de sua população é oriunda de um processo recente de ocupação, com a sua transformação em periferia urbana com condições de miséria e pobreza, ocupada por grupos vindos de periferias de cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul e da Região Metropolitana de Porto Alegre. Há 30 anos, as ilhas fazem parte de uma imensa área de proteção ambiental, em plena Região Metropolitana, a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Jacuí.

Embora áreas de proteção, como o Delta do Jacuí com grandes extensões de banhado, possam ser pensadas contemporaneamente como o que resta de uma paisagem original da região, do ponto de vista da memória, essa paisagem acompanhou as transformações sociais e mesmo ecossistêmicas da Bacia Hidrográfica em que se encontra.

2 Ilhas na cidade

Refiro-me, neste texto, às ilhas em que realizei pesquisa etnográfica entre 1998 e 2005. Nas ilhas, privilegiei a observação das ruas à margem dos rios, mas também os pátios das casas, onde o contato com a água ainda é constante e onde é visível uma relação com o lugar que é a afirmação da identidade de *ilhéu*, ou *ilhero*, como os informantes representam a sua experiência de *ilheidade*. O conceito de *ilheidade* é proposto por Moles e Rohmer (1982), enquanto uma fenomenologia do espaço. Os autores investigam o espaço da cidade como espaço vivido, seguindo os estudos de Durand (2001) sobre o “espaço fantástico” e Bachelard (2000) sobre a “poética do espaço”, em que as ilhas, os labirintos da cidade, os centros e arredores se conformam como modalidades de experiência espacial que não se apresentam de imediato pela constituição do espaço físico, mas pela forma como esse é praticado, significado e imaginado. *Ilheidade* difere, portanto, de insularidade na medida em

que o insular se refere à condição geográfica de uma ilha, mesmo que esta possua grandes proporções, enquanto que a *ilheidade* se refere a um pequeno espaço encerrado em fronteiras que exigem sua travessia, e que permitem a percepção desse caráter microcômico.

Nesse sentido, é possível pensarmos, do ponto de vista fenomenológico, a existência de outras “ilhas” na cidade que apresentam essas ocupações “irregulares”, entre o mato e a água, em diálogo com as condições locais dos terrenos e suas possibilidades de uso. Orientando outras pesquisas na cidade sob esta ótica, outras “vilas”, favelas em situação de “remoção” de áreas alagadiças na cidade podem ser pensadas nesta perspectiva, tanto na cidade contemporânea quanto nas marcas da memória da cidade. É o caso da “Vila Dique”, da “Ilhota”, da “Restinga”, da “Vila Cai-Cai”, do arroio “Sanga da Morte”, entre outras. Nos nomes dessas “ocupações desordenadas” e “irregulares” (em contraste com a cidade com infra-estrutura sanitária e viária), uma surpreendente regularidade e um arranjo ordenado se apresentam nestas composições de moradas, pátios, pessoas, animais domésticos, mato, água e resíduos recicláveis.

Da mesma forma, outras perspectivas contemporâneas sobre o ambiente, pensado de forma socioambiental, se prestam a uma análise fenomenológica, como corredores ecológicos, bacias hidrográficas, etc. É possível estender, sob o ponto de vista de um paradigma estético, inspirado na sociologia de Simmel (1984; 2004), a interpretação das formas da vida social a partir de uma interpretação da dimensão vivida do cotidiano da cidade, como o fazem as antropólogas Rocha e Eckert (2005).

Pensar uma ilha no território urbano significa investigá-la em termos de que *ethos* se inscreve nas interações cotidianas de seus moradores, os quais configurarão os itinerários urbanos dos grupos sociais na cidade, mediados por estas fronteiras demarcadas. Nas narrativas sobre a transformação dessas paisagens é possível pensar esses itinerários nos espaços de adesão e moradia dos narradores, ligando ilhas, banhados, rios, arroios e matas ao cotidiano da cidade. A dinâmica das imagens que podem ser percebidas nas narrativas que os moradores das ilhas tecem ao narrarem sua experiência na cidade, atravessando à Natureza das ilhas e águas do Delta do Jacuí, nos permite pensar o ambiente ao qual pertencem como um ambiente cósmico e social, nos termos de Durand (2001). Ao reunir tais imagens à produção do BIEV (PPGAS – UFRGS) sobre a memória da cidade, a função fantástica da imaginação criadora, presente à inteligência narrativa dos moradores entrevistados, e também às narrativas reunidas em textos de cronistas, filmes, fotografias, nos permitem pensar o ambiente urbano como esse ambiente cósmico e social, que é significado à medida em que seus habitantes o descobrem através dos saberes presentes à memória dos grupos sociais que nela se encontram, e através da experiência individual de habitar um centro urbano a partir de determinada relação com o ambiente natural.

Onde “tudo era mato”, e hoje já é cidade, como refletem esses narradores, o Lago Guaíba, que abastece a cidade, se transforma em rio nas suas idas e vindas entre as ilhas e o centro da cidade. As áreas de banhado e as águas do Delta do Jacuí compõem um cenário complexo com o qual as atuais políticas ambientais ainda têm dificuldade de lidar. Baseadas em equivocadas idealizações de uma população “tradicional” das ilhas, exclusivamente de origem açoriana, que teria perdido seu equilíbrio com o meio com a chegada de populações empobrecidas advindas de periferias urbanas, tais políticas não dão conta das negociações

cotidianas que permeiam o arranjo de uma população heterogênea, mas que possui aspectos em comum na sua experiência de “morar da mesma maneira” em um “pedaço” do todo que é a cidade, como diria Magnani (1984), em contato constante com a água. É uma territorialidade que não deixa de se apresentar sobre uma espécie de tradição, que não é herdada geneticamente, mas praticada, apreendida e expressa em saberes e fazeres com relação ao espaço, que o transformam, com a passagem do tempo, em muitas paisagens sobrepostas.

“*Quem bebe a água das ilhas não sai mais dali*”, dizia Nazaret, uma líder comunitária, em uma das muitas reuniões entre “moradores” e agentes “do meio ambiente” de órgãos governamentais. Assim se colocava a questão: Água das ilhas ou da cidade? Da Prefeitura ou do Governo Federal? Água das ilhas, boa para uso para alguns ilhéus, água poluída, ou contaminada, para os demais. Beber a água da ilha (após sua filtragem por meio de técnicas domésticas) significa uma pertença a um conhecimento partilhado pelos moradores que possuem essa mesma condição de vida na cidade, conhecimento que é assumido enquanto um “conhecimento local” (GEERTZ, 1997), fator de diferenciação cultural no meio urbano. Essa água que corre é freqüente também no discurso quanto à enchente, situação agravada pelo problema das fossas que transbordam, pela perda dos pertences, ou pela contaminação por outras substâncias, que, no entanto, é resignificada pela força da água corrente que “limpa” o pátio e as casas, que leva embora o Mal e a sujeira e marca o recomeço de um ciclo.

Nazaret (Ilha Grande dos Marinheiros, 2003)

“Sim, porque nós estamos no meio do rio, né? O rio *arrodeia* a ilha, né? E dentro da ilha tem o mato. (...) Porque nós estamos em cima da água. A ilha está em cima da água. E nós estamos em cima da água. E a gente sabe disso. Pra nós que somos de religião, o dia mais feliz da nossa vida é quando vem enchente. Porque eu, quando a enchente vem, e lava o meu pátio, é o ano mais feliz que eu sou. Por quê? Porque assim como ela lavou o pátio, a gente acende uma vela pra ela na porta e pede pra ela: - Mãe. Todo mal, todo olho grande, toda inveja, que estiver dentro do meu lar você leva na sua água sagrada. Porque só a sua água pode nos libertar. Então nós trabalhamos com a Natureza. É a força nossa, é a Natureza.”

Não são apenas sistemas de crença que são acionados nessas narrativas, elas expressam saberes cotidianos que apresentam uma imagem da relação das ilhas com a Bacia Hidrográfica no contexto urbano (entre o que o rio traz e leva).

Em reuniões que pude assistir do Poder Público com representantes das “comunidades” de moradores das ilhas, em manifestações, em eventos, mas, sobretudo, em muitos momentos em que estive com os ilhéus em situação de diálogo, gravando em vídeo, fotografando, ou simplesmente acompanhando suas ações cotidianas, os seus saberes com relação às “águas das ilhas” eram apresentados como fator de diferenciação e pertencimento a um “pedaço” (MAGNANI, 1984) da cidade que está fora dela, pois se encontra na outra margem, e é ao mesmo tempo parte dela. Em termos de uma *meso-ética* (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1996) presente às negociações entre visões de mundo e *ethos* (GEERTZ, 1978) locais face às novas orientações globais ambientais, surgem muitos encontros, ou mesmo “confrontos”

etnográficos, em que embora a discussão aparente seja a disputa pelo solo urbano, é a relação do solo com as águas da bacia hidrográfica o que une todos sob o mesmo conflito de interesses.

Embora essa marca das águas no cotidiano das ilhas possa ser entendida como fator fundamental de diferenciação no meio urbano, é preciso entender suas nuances. Em períodos de cheia dos rios e de enchentes a água une todos sob o encanto com a dinâmica cíclica do ambiente do Delta e a dificuldade de enfrentar o mesmo cotidiano de navegar pelas ruas alagadas e salvar a casa, os bens e a saúde da água que toma conta das ilhas. Mas no resto dos dias, para alguns, a proximidade com a água é parte fundamental do seu modo de vida, transitando pelo espaço entre o pátio com a casa erguida sobre palafitas, a estrada que liga os terrenos costeiros à ponte e às estradas, e a margem do rio onde se encontra uma embarcação. Para outros, mesmo não vivendo à beira do rio, a água se mostra presente no terreno alagadiço, na constante necessidade de aterramento da água que parece brotar do solo da ilha, ou nos sistemas de coleta e armazenamento de água, seja ela abastecida diretamente do rio, seja através de caminhões “pipa” que distribuem a água potável aos moradores. Para alguns com maior poder aquisitivo, a água é espaço de lazer e de apropriação do “natural” em plena Região Metropolitana, através da prática de esportes náuticos e passeios de barco.

Tais situações, observadas no trabalho de campo, foram repensadas ao ouvir as narrativas de moradores “antigos” das ilhas sobre os mistérios dos seres do mato, sobre os segredos escondidos nas raízes das árvores e nas curvas dos rios, expressos em um conjunto de narrativas fantásticas que marcam a paisagem local, lhes dão nomes e a configuram, arranjando diferencialmente o espaço urbanizado da cidade, o espaço domesticado das relações de vizinhança, o espaço público das ruas e estradas e o espaço ambíguo e fantástico da Natureza abundante do lugar. Tais estórias de assombrações, de aparições, de ocorridos durante as práticas cotidianas da pesca, da caça, da navegação, da coleta de lenha e de ervas, de deslocamento pelos caminhos locais trazem um componente fundamental dessa relação das ilhas com a cidade, através das águas do rio: a *liminaridade* (TURNER, 1974) que a porção de espaço natural formado de mato, de água, de animais, de sons, de luzes, apresenta na transição do ambiente urbano para uma dimensão microcós mica das ilhas, presente à memória coletiva da cidade.

Ouvi outras narrativas de moradores das ilhas, que as apresentam em sua face móvel, como ilhas flutuantes “em cima d’água”, com margens que vão transformando-se ao longo das estações do ano e ao longo dos anos, crescendo ou diminuindo. Tais representações poderiam ser, de imediato, interpretadas como desconhecimento da dinâmica do ecossistema e do impacto sobre as margens da erosão e do desmatamento. No entanto, trago aqui essas representações como fundamentais para compreender que as ilhas são representadas como espaços em transformação e constante refundação como território habitado, em que casas são construídas, deslocadas e abandonadas, terrenos são ocupados, aterrados e novamente alagados, acompanhando essa instabilidade do ambiente. Essa instabilidade faz parte do ambiente do rio, na medida em que conhecê-lo significa deslocar-se por ele e, portanto, deslocar-se no tempo, sujeito às suas reviravoltas.

Embora tenha encontrado pertencimentos a determinadas tradições relacionadas a saberes de populações ditas tradicionais entre os moradores das ilhas, o fato da área de proteção em questão encontrar-se em plena região metropolitana da capital do estado, com históricos de ocupação por populações chegadas de diferentes lugares da região e em diferentes momentos, provocou uma abordagem diferenciada do pertencimento desses residentes às ilhas do Delta do Jacuí. Ainda que seja constante uma auto-afirmação de uma identidade do “povo das ilhas”, entre a figura do *ilhéu*, ou do *ilhero*, percebo que ela é acionada em diferentes contextos de reivindicação de cidadania, de direito a melhores condições de vida urbana, como infra-estrutura sanitária, direito a serviços públicos como energia elétrica, telefonia, transporte, etc. Portanto, não é exatamente a figura de uma população tradicional, no sentido de uma ocupação territorial diferenciada voltada para o uso alternativo dos recursos naturais que está em jogo, mas uma identidade diferenciada no contexto urbano que é retomada a partir de uma memória local em que consta um conjunto de saberes e práticas quanto ao ambiente das ilhas, revertendo um estigma de população marginalizada em um diferencial positivo na paisagem urbana.

O conceito de itinerários urbanos (ECKERT; ROCHA, 2005) é o que permite, nesse sentido, aprofundar a dimensão temporal do território, construído a partir de diferentes trajetórias de indivíduos que vão dando profundidade aos significados inscritos na paisagem urbana, seja pela repetição de gestos de fundação de suas moradas nos bairros, arrabaldes e ilhas da cidade, seja pela sua adesão a determinadas práticas que se repetem em espaços de sociabilidade que constituem a vida urbana.

Cláudio (Ilha Grande dos Marinheiros, 2001)

“O povo mesmo vai sendo empurrado para longe, pro meio do mato ou pra outro lugar diferente... Ou vão arrumar, dar uma escritura. Eu já morei no Pavão, na Ilha Grande, na Ilha da Conga. (...) Eu morei na ponta do Pavão, lá embaixo. Depois me mudei para uma vila que depois chamava-se Vila do Sapo (...) Depois o governo achou que tinha que tirar o pessoal, que tinha a entrada da cidade, ficava muito feio ali. Aí eu vim morar na Ginástica, Sociedade Ginástica São João. Ali eu aluguei, alugava de uns proprietários ali, né? Depois venderam pra Ginástica ali, aí eu vim, morei nessa ponta lá no Grêmio, lá embaixo. (...) Ali eu morei também muitos anos. Quando o Grêmio comprou lá nós tivemos que sair de lá também. Assim sempre roda, né? Roda pela vida.”

Na narrativa de Cláudio, e em tantas outras que escutei no trabalho de campo, a sua “morada”, que marca sua identidade na cidade, se constitui como as próprias ilhas, ou da ilha como imagem desse microcosmos, enquanto território urbano.

A partir da tríade indivíduo, sociedade e cultura, que norteia essa perspectiva de investigação das sociedades complexas moderno-contemporâneas, é que proponho aqui uma abordagem sobre os conflitos no Delta do Jacuí a partir das inter-relações entre indivíduo, ambiente e sociedade. A antropologia brasileira, tanto por parte dos estudos que se intitulam enquanto “Antropologia Urbana”, de pesquisa sobre o fenômeno urbano, quanto seus desdobramentos em termos de pesquisas *na cidade* (VELHO, 1981), têm se colocado o problema da diferenciação interna das sociedades contemporâneas, que não

se apresenta como dado, mas como uma dinâmica relacionada à diversidade de papéis sociais desempenhados na vida cotidiana, aos diferentes universos simbólicos constituídos a partir das diferentes redes de significados compartilhadas pelos indivíduos em suas ações cotidianas, nas quais a realidade é negociada.

Os indivíduos filiam-se a diferentes identidades coletivas em sua trajetória social, pois estão no ponto de intersecção de vários mundos na sociedade moderna, conforme Simmel (1979), e é justamente esse movimento, essa “metamorfose” (VELHO, 1999) que vivem os *ilhéus*, ou *ilheros*, na sua experiência urbana que lhes possibilita partilhar de diversas visões de mundo sobre o ambiente do Delta. Por outro lado, é o que permite investigar o conflito para além da perspectiva utilitarista que tenderia a resumí-lo aos interesses econômicos dos grupos envolvidos, pois tais conflitos têm a capacidade de expressarem e reordenarem os significados a partir dos quais a realidade é negociada.

É por isso que essa memória não constitui as ilhas como um território a parte da cidade, pelo contrário, provoca uma reflexão sobre a vida urbana a partir das margens do Lago Guaíba. Morar em um local estratégico na região metropolitana de um centro urbano e ter acesso a ambientes privilegiados quanto a recursos hídricos, fauna e flora, não é, portanto, uma questão que se coloca apenas a segmentos mais cosmopolitas das cidades, adeptos do turismo ecológico, dos esportes aquáticos ou moradores de condomínios residenciais ecologicamente projetados para aproveitamento da “área verde” de determinadas regiões da cidade. Os relatos de pescadores, catadores de lixo, empregadas domésticas, barqueiros, trabalhadores assalariados, pequenos sítiantes rurais e outros *ilheros* moradores do Delta do Jacuí revelam a importância do ambiente natural não apenas para promoção do seu sustento, mas igualmente na constituição de sua subjetividade nos seus pertencimentos diferenciados à cidade.

Embora as narrativas enfatizem o caráter microcômico das ilhas, na forma como o mato, as águas, os caminhos de navegação, os animais e os grupos locais relacionam-se na narrativa, esse microcosmo inclui parte da margem continental de Porto Alegre. Mais especificamente, são estes os caminhos que ligam as ilhas ao centro administrativo e comercial da capital do Rio Grande do Sul, como o Cais do Porto e o Bairro Navegantes, que antigamente era ponto de contato constante nas idas e vindas de barqueiros na cidade, onde inclusive muitos atuais moradores das ilhas habitavam, e que atualmente é caminho rodoviário pelas pontes e local de trabalho e de serviços públicos (escolas, postos de saúde, conselho tutelar, etc).

Os moradores mais antigos das ilhas relatam suas práticas e a transformação da paisagem local, narrando os processos de aterramento da orla do Lago Guaíba, as transformações de antigos espaços de sociabilidade popular de contato com o lago, além das mudanças nas distâncias e na posição estrutural que as ilhas ocupavam nos limites da cidade com o Natural. Já os moradores vindos de outras periferias da região metropolitana narram a transformação das ilhas e de outros matos, morros e charcos, como parte da sua busca por um lugar diferenciado no ambiente urbano, em que os terrenos das ilhas se tornam depositários dos projetos de conciliação de suas atividades produtivas, de deslocamento e de lazer com o ambiente técnico-cultural urbano.

Tais projetos de consolidação de um habitat ideal, nos termos de Leroi-Gouran (1975), que integra espacialmente o território de ação com o refúgio, com a morada, não condizem, no entanto, com a forma como essa ocupação das ilhas se deu, com a densificação populacional e a degradação do ambiente em suas condições sanitárias, em grande parte. Os próprios narradores reconhecem essa descontinuidade entre seus projetos de enraizamento nas ilhas e as conseqüências do tipo de organização espacial que estas passaram a ter, na forma das “vilas” de classes populares, por um lado, e de outro na orla privatizada por mansões e clubes ou desocupada pelos órgãos de proteção ambiental.

É a figura de um bairro cada vez mais terrestre e menos insular que se apresenta, de um Guaíba cada vez menos rio e cada vez mais lago, na medida em que não representa mais a partida para o desconhecido e a dádiva da Natureza em suas águas, mas antes devolve à cidade aquilo que ela lhe oferece - o lixo nas margens, a orla ocupada, a água contaminada.

Atualmente, em uma experiência de ensino desta problemática, com alunos de graduação pesquisando esta temática em outras regiões da cidade, vimos constatando que esse processo de ambientalização do planejamento do solo urbano também marca um momento de desaparecimento das fronteiras demarcadas dessas “ilhas”, enquanto microcosmos na cidade, na medida em que a perspectiva ambiental passa a entender esses territórios como áreas interdependentes e interligadas à realidade urbana. Tais áreas passam a ser dotadas de infra-estrutura, de investimentos por parte do Estado, que por sua vez, acabam por valorizar essas áreas transformando-as em áreas de alto padrão habitacional, ou de uso “especial” - próximas a aeroportos, estradas, a espaços de lazer e de cultura, etc.

É nesse contexto que se coloca a elaboração de uma ambientalização da memória desses grupos, ou do enquadramento de uma memória ambiental enquanto expressão desse novo tempo da cidade contemporânea. Na elaboração desse novo arranjo da memória, a perspectiva da crise (ECKERT; ROCHA, 2005) tem um papel fundamental.

3 A perda dos espaços comuns e a crise ambiental

Na simples constatação quanto à ilha onde “tudo era mato” que agora “está uma cidade”, repetida de diversas formas, por diversos narradores na pesquisa, se apresenta o que Simmel (2004) chama de “tragédia da cultura”, a constante elaboração de formas no plano da cultura que precisam dar lugar a novas formas no constante movimento da vida, com a passagem do tempo. No sentimento trágico expresso pelo velho barqueiro Mocotó (“*Está se terminando o meu Porto Alegre.*”) quanto se referia a uma paisagem que “está se terminando”, comentando a ausência de embarcações nas águas do Guaíba, reflete-se uma outra forma de pensar a paisagem urbana, em que a ilha não se apresenta apenas pela *ilheidade* como contraponto ao espaço construído, mas também como uma continuidade do ambiente técnico-cultural da cidade.

Quando se referem a um sentimento trágico de perda do rio, é justamente a perda dessa cidade configurada a partir desses arranjos que se expressa nas narrativas desses sujeitos. A perda da cidade portuária, da cidade da ocupação popular da orla do rio, da cidade em que outras práticas de contato com as divindades das matas e águas era possível.

Os estudos de narrativas literárias, gravuras, fotografias que apresentam essas transformações nas paisagens da cidade demonstram que embora se apresente atualmente como problema ambiental em áreas valorizadas economicamente e importantes para a dinâmica ecossistêmica da região, a presença de populações empobrecidas nos matos, mangues, beiras de arroios aparece na memória da cidade como parte de um processo de modernização e remodelação do espaço urbano e de segregação espacial, em que são justamente essas áreas naturais o lugar na paisagem urbana destinado às populações empobrecidas. Por outro lado, tais “ilhas” e baixadas, situadas nos limites do espaço urbanizado, representavam o espaço possível de enraizamento de determinadas práticas dessas populações. São territórios depositários de seus projetos de consolidação de um modo de vida em que um certo estilo de vida composto pelo trabalho familiar no uso da casa, do pátio, da horta, do mato, na criação de animais, no uso dos recursos naturais locais se articulam com o trabalho assalariado ou informal na cidade.

Esse microcosmos ideal, no entanto, depende da manutenção da qualidade desses espaços e suas fronteiras. São eles a rua, a beira do rio, a estrada como expressão de uma relação de vizinhança marcada pelo “cuidado” com o ambiente e com as pessoas, pelo compartilhamento desses caminhos de acesso ao centro urbano e às áreas naturais; da mesma forma a casa se subdivide entre a morada e o pátio como espaço de trabalho doméstico, seja a horta, o cuidado de animais, as atividades da pesca, a oficina ou mesmo a separação do lixo; e finalmente são as “áreas naturais”, os espaços desocupados, que são importantes para a pesca, a navegação, para as práticas religiosas e para manter essa característica de renovação do ambiente que é fundamental para essa lógica de constante refundação da morada, de desenraizamento e enraizamento que marca a experiência urbana dessas pessoas.

A crise ambiental, pensada enquanto apreensão subjetiva das transformações do ambiente, pode ser algo mais do que a simples tomada de consciência das catástrofes ambientais contemporâneas, como a extinção de inúmeras espécies de peixes e a contaminação das águas do Lago Guaíba, as inundações nas cidades, a escassez de água potável e a seca na agricultura, ou o acúmulo de lixo nas margens. Antes, ela se apresenta como uma mudança na forma como esses moradores passaram a repensar a posição do Arquipélago na Região Metropolitana para além da oposição centro-periferia, ou ilha-cidade. As representações do Delta do Jacuí como parte de uma bacia hidrográfica, e sua interdependência com outros ecossistemas regionais e globais não são evidentemente conceitos científicos imediatamente incorporados pelos moradores, embora tais conceitos sejam exaustivamente repetidos em ações de educação ambiental realizadas com os moradores, que pude observar. Tais conceitos fazem sentido, na medida em que se referem a determinadas situações vividas pelos moradores, como os questionamentos sobre onde a água é mais limpa, ou mais suja. Da mesma maneira, as práticas de navegação, por exemplo, estão ligadas a saberes quanto aos diferentes lugares da região que se ligam através das águas. E é justamente aí que se pode refletir sobre uma mudança na imagem do mundo, na concepção de ambiente, ao incorporar-se o reconhecimento da influência das ações de outros segmentos sociais na qualidade do ambiente local, e na interdependência entre os diferentes territórios da região, ou seja, na percepção de um mesmo ambiente que engloba tantas esferas sociais.

Os desafios vividos nas enchentes expressam o modo como essas rupturas são vividas, nos desafios de duração do modo de vida dos *ilheros*. As enchentes são tecnicamente consideradas grave problema ambiental e mesmo de saúde pública com a proliferação de epidemias e o risco de contaminação das águas. São também um dos principais motivos para a remoção de habitações da beira dos rios, não só porque contribuem para a degradação do leito do rio, mas também porque as residências correm o risco de serem levadas pelas águas. Nas representações dos moradores, no entanto, ela se torna uma marca na identidade de ilhéu, ou de *ilhero*, representando ao mesmo tempo as adversidades de morar em uma situação de risco, e a capacidade de superar essa situação fazendo durar um modo de vida em meio às águas. É justo quando as águas baixam, quando as pessoas começam a retornar para casa dos abrigos improvisados na escola e nos terrenos mais elevados, que é possível observar as soluções encontradas por alguns moradores para superar essas adversidades. Durante as enchentes, reforça-se a utilização da categoria “ilha” como sinônimo da comunidade (“*aqui na ilha...*”), ou mesmo das comunidades do Arquipélago. O “povo das ilhas”, ilhado pelas águas, tem claramente demarcadas as suas fronteiras, e seus laços de solidariedade e reciprocidade reforçados.

Os conhecimentos sobre as épocas de enchente e sobre as condições que anunciam a subida das águas (grande quantidade de chuvas aliada a um forte vento sul represando a correnteza do rio) somados a um “saber-fazer” (CERTEAU, 1994) que inclui as preocupações com a casa, o pátio e o transporte, são conhecimentos que fazem a diferença no aprendizado da vida na ilha. A casa construída sobre enormes postes de eucalipto enterrados, os mesmos utilizados pela companhia de energia elétrica do estado, além dos aterros, são providências tomadas por muitos que enfrentam a enchente, e permanecem. Mas é a inserção dos novos moradores entre as redes de ajuda mútua que são assistidas por diferentes instituições que atuam nas ilhas, que incluem também esses novos moradores entre o “povo das ilhas”.

As enchentes reforçam também uma relação com as ilhas como microcosmos, não só pela questão da *ilheidade*, mas pela submissão desses territórios a uma abundância da Natureza colocada nas águas. Outras enchentes de outros tempos são lembradas, e nas narrativas sobre essas cheias e essas “baixas” da enchente, ocorre a transmissão desses saberes, que fazem com que a ruptura no cotidiano que a enchente instaura se torne justamente a marca na duração de seu modo de vida. Se esse é o “divisor de águas” entre quem assume a identidade local e quem parte para novos rumos, por outro lado, os próprios moradores constatarem que cada vez se torna mais difícil esse aspecto de renovação com as cheias das águas. Algo se alterou na capacidade do ambiente (e da comunidade) de acomodar as enchentes. Trata-se do aumento da ocupação das ilhas e da mudança no seu modo de ocupação, com o surgimento de becos e ruelas, com o aumento dos aterros dos terrenos, com a construção de muros, cercas e casas maiores, que fazem com que a enchente reforce fronteiras e demarcações de propriedades em que o “espaço comum” necessário para as ações de ajuda mútua e solidariedade diminui.

Na própria paisagem no interior da ilha essas fronteiras se reapresentam. De fato, depois de um tempo sem transitar pelas ilhas, surpreendi-me com uma nova configuração do espaço, que pude observar na Ilha Grande dos Marinheiros: a tendência à colocação de enormes cercas de madeira (de eucalipto) escondendo completamente as residências

que ficam na beira do rio, os galpões de reciclagem, e alguns terrenos utilizados como atracadouros de donos de barcos que mantêm “caseiros” moradores das ilhas cuidando de suas propriedades. Os muros que são constantes nas residências de luxo da Ilha das Flores e na entrada da Ilha da Pintada, começam a ter seu contraponto em meio à vizinhança de classes populares da Ilha Grande dos Marinheiros. Estariam se rompendo essas relações locais de vizinhança, em direção à impessoalidade e ao uso de sistemas de proteção e exclusão típicos dos centros urbanos?

4 *Conflito e catástrofe*

Segundo os estudos sobre a chamada “Teoria das Catástrofes”, inspirados no trabalho de Thom (1983), poderíamos pensar então a noção de crise, da crise ambiental como tratamos aqui, em termos da subjetivação de uma mudança estrutural na forma desse arranjo entre ambiente e sociedade, natureza e cidade, que marcam os dilemas ambientais contemporâneos. A catástrofe não precisa ser tomada em seu sentido negativo, mas sim no seu aspecto formal, enquanto mudança estrutural. A crise ambiental, no sentido como a venho apresentando aqui, seria então a percepção dessa mudança, própria ao que Simmel (2004) chama de Tragédia da Cultura, marcada por esta “perda” e este esforço constante de construir novos arranjos sociais.

Por isso mesmo, a “crise ambiental” é o que marca o processo de ambientalização dos conflitos, em uma dimensão institucional, entre lideranças e associações de moradores e o poder público, na medida em que algumas dessas lideranças, que narraram suas trajetórias durante a pesquisa, percebem que essa ambiguidade entre o espaço urbano construído e os espaços “naturais”, que é própria dos mais de 30 anos de existência da área de preservação do Delta do Jacuí (e portanto de sua irregularidade de ocupação) é justamente a possibilidade dessas populações reivindicarem melhores condições de vida, infra-estrutura sanitária, etc.

Como dizia Bia, uma dessas lideranças, não adiantaria retirar essas famílias da beira do rio e colocá-las em outra “área verde” da cidade - na encosta de morros, na beira de arroios, justamente em áreas ainda não ocupadas na região metropolitana que só repetiriam os conflitos do Delta. Paradoxalmente, a solução para preservar a abundante natureza do Delta do Jacuí (sua área de banhados que é mais de 90% de todo o Delta) é urbanizar suas áreas ocupadas, investir na qualidade do espaço público que constitui as margens e ruas das ilhas. É nesse sentido que podemos pensar a perspectiva da catástrofe como uma mudança nesse padrão de segregação espacial que marca o processo de urbanização das cidades brasileiras (CALDEIRA, 2000). Se essas populações em situação irregular passam a sofrer maiores pressões do Estado (que por sua vez é pressionado por organismos internacionais) em função da importância ambiental das áreas em que se encontram, por outro lado, a própria problemática ambiental revela a dimensão conflitiva da vida urbana, e por isso mesmo se torna uma nova possibilidade de luta política dessas comunidades organizadas.

O estudo da paisagem (CAUQUELIN, 2000; 2002) e da dinâmica da memória possibilitaram à pesquisa chegar a outra dimensão do conflito de ocupação irregular dessas áreas de proteção. A noção de conflito proposta por Simmel (2004), do conflito como fator de socialização, como fundador de relações sociais, permitiu situar o atual desafio de conciliar uma ocupação urbana com o uso sustentável dos recursos naturais (do solo, das

águas, da fauna e flora) em uma ambiente como o Delta do Jacuí, como uma questão que convoca a todos, residentes ou não das ilhas, a repensarem o trajeto de dissociação Homem-Natureza em suas trajetórias sociais enquanto moradores de um centro urbano em busca de melhores condições de vida.

A experiência urbana dessas populações é fundamental nessa mudança de perspectiva, pois nesse processo de ambientalização (LOPES, 2004; 2006), ou de ecologização do mundo como propõe Maffesoli (1996; 2006), expressa-se o sentimento trágico de constatação de um destino, da finitude do mundo em que vivemos, está presente a tragédia da cultura de Simmel, que caracteriza a crise da vida moderna e a “vida mental da metrópole” (SIMMEL, 1979). Segundo Simmel,

o indivíduo moderno encontra-se em face de uma infinidade de formas que a cultura gera sem cessar, como os progressos científicos, tecnológicos ou artísticos, que um único indivíduo não consegue dar conta, no sentido de subjetivá-las por completo, mas também não pode recusá-las, pois fazem parte de sua esfera cultural (SIMMEL, 2004, p. 413).

Pertencer à metrópole significa ser “um elo em uma enorme organização de coisas e poderes” (SIMMEL, 1979, p. 21).

Poderíamos perguntar se as políticas internacionais de proteção ambiental não estenderiam os princípios de civilidade, os códigos de posturas, as regras de convívio do espaço urbano à paisagem do mundo natural? Pela centralidade simbólica de toda cidade como obra coletiva, a cidade é capaz de estender-se enquanto “imagem do mundo”, conforme Leroi-Gourhan (1975), na medida em que é elaborada a partir da mediação pela técnica.

É por isso que a “questão ambiental”, ou a crise ambiental pode ser entendida enquanto um problema de reintrodução do Natural no espaço construído, nesse universo artificialmente ordenado a partir da lógica urbana.

Contemporaneamente, uma série de instituições e normas passaram a constranger as relações sociais relacionadas ao uso dos recursos naturais, em contrapartida ao processo global de desenvolvimento de sociedades urbano-industriais. As populações urbanas e não-urbanas passaram a ter que repensar suas práticas cotidianas a partir desses constrangimentos. Não são apenas as “populações tradicionais” ocupantes de florestas e áreas litorâneas que precisam ser pensadas em suas trajetórias de enraizamento numa paisagem natural, mas principalmente toda a grande quantidade de pessoas que partiu das áreas naturais e do meio rural para situarem-se nas periferias dos centros urbanos, ocupando, na maioria das vezes, o espaço não-construído, o que restou de meio “natural” nas regiões metropolitanas.

Embora se apresente em termos de disputa pela terra, ou como problema de planejamento e moradia urbana na medida em que as ilhas são terrenos na Região Metropolitana, o conflito que se dá no Delta do Jacuí pode ser pensado de outra forma do ponto de vista da relação dessas terras com a água. Essa nova abordagem do conflito revelou-se rica para a pesquisa, na medida em que permitiu incluir outros atores e outras escalas de interpretação do conflito, tanto do ponto de vista da importância para os recursos hídricos da região que o Delta do Jacuí possui, quanto do ponto de vista da relação diferenciada de seus moradores com as águas que banham a cidade e que lhes abastecem em seu cotidiano.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.
- CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. Paris: PUF, 2000.
- CAUQUELIN, A. *Le site et le paysage*. Paris: PUF, 2002.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DEVOS, R. V. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. 2007. 275 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.
- DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: HUCITECH/NUPAUB-USP, 2000.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- ELIAS, N. *A condição humana*. Lisboa: Difel, 1985.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra II: a memória e os ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1975. (Perspectiva do Homem, v. 16).
- LITTLE, P. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 85-104, 2006.
- LOPES, L. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NuAP/Relume Dumará, 2004.
- LOPES, L. Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre os dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.
- MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis, RS: Vozes, 1996.
- MAFFESOLI, M. Comunidade de destino. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 273-283, 2006.
- MOLES, A.; ROHMER, E. *Labyrinthes du Vecu*. L'Espace: matière d'actions. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.
- OLIVEIRA, R. C.; OLIVEIRA, L. R. C. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEN, R. G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.
- SIMMEL, G. *Les problèmes de la philosophie de l'Histoire*. Paris: PUF, 1984.
- SIMMEL, G. *Philosophie de la Modernité*. La femme, la ville, l'individualisme. Paris: Payot & Rivages, 2004.
- THOM, R. *Paraboles et Catastrophes*. Paris: Flammarion, 1983.
- TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

A CRISE AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DOS ITINERÁRIOS NO MUNDO URBANO CONTEMPORÂNEO

RAFAEL VICTORINO DEVOS

Resumo: Em meio a uma situação de conflito de uso de terras e águas na cidade, busca-se compreender os itinerários urbanos presentes nas trajetórias sociais e na memória coletiva de moradores da cidade de Porto Alegre. Investiga-se a relação entre seus sentimentos de enraizamento em seus territórios e o reconhecimento de sua pertença a esferas sociais mais amplas, como a Região Metropolitana e a Região Hidrográfica.

Palavras-chave: Ambiente. Itinerários urbanos. Água. Memória coletiva.

The environmental crisis from the perspective of collective memory and trajectories in contemporary urban areas

Abstract: Amid a situation of conflict in the use of land and water in the urban environment, this study investigates the urban itineraries present in the social trajectories and the collective memory of Porto Alegre's inhabitants. It investigates the relation between the inhabitants sense of being rooted in their territories and the recognition of being part of wider social spheres, such as the Metropolitan Region and the Hydrographic Region.

Keywords: Environment. Urban itineraries. Water. Collective memory.